

O SUJEITO COMUM E O ENGAJAMENTO VIRTUAL PARA A TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA

El sujeto común y el engajamiento virtual para la transformación política

The ordinary subject and the virtual engagement for political transformation

RESUMO:

O artigo, em modo ensaístico, apresenta um debate sobre a ilusão de participação e de transformação política, tal como operada pelo sujeito comum, no sentido dado por Orlandi. A partir das noções de sociedade da transparência, do cansaço e de hiperculturalidade do filósofo coreano Byung-Chul Han e de outros autores contemporâneos, debate alguns acontecimentos recentes sobre movimentos de engajamento virtual nascidos na interface entre realidade e ficção, por meio de slogans como “saímos do facebook” durante as jornadas de junho de 2013 e “devolve nosso ouro”, veiculada em período recente no Brasil. Trata-se de artigo com enfoque teórico e que, portanto, não se ocupou da construção de um objeto e de um percurso metodológico para análise de dados. Ao longo do texto, os enunciados elencados são incorporados ao debate à proporção que ajudam a compreender elementos da conjuntura histórica do Brasil contemporâneo em relação de alteridade com a realidade virtual e o ciberespaço.

Palavras-chave: Psicanálise; Política; Realidade virtual; Modernidade tardia; Ciberespaço.

RESUMEN:

Este artículo, en modo ensayístico, presenta un debate sobre la ilusión de participación y transformación política tal como opera en el sujeto común, en el sentido dado por Orlandi. A partir de las nociones de sociedad de la transparencia, sociedad del cansancio e hiperculturalidad del filósofo coreano Byung-Chul Han y de otros autores contemporáneos, este texto debate algunos acontecimientos recientes sobre movimientos de engajamiento virtual nacidos en la interfaz entre realidad y ficción, por medio de consignas como “salimos de facebook” durante las jornadas de junio de 2013, y la campaña “devuelvan nuestro oro”, difundida en un período reciente en Brasil. Se trata de un artículo con enfoque teórico que, por lo tanto, no se ocupó de la construcción de un objeto ni de un recorrido metodológico para el análisis

ANDERSON DE CARVALHO PEREIRA

<http://orcid.org/0000-0002-1485-0095>

Doutor em Ciências da Psicologia pela Universidade de São Paulo, com estágio na Universidade de Paris XIII (Villetaneuse). Professor Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.
E-mail: apereira.uesb@gmail.com

DOI: 10.5935/2175-1390.v26e25857



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

de datos. A lo largo del texto, los enunciados enumerados se incorporan al debate en la medida que ayudan a comprender elementos de la coyuntura histórica del Brasil contemporáneo en relación de alteridad con la realidad virtual y el ciberespacio.

Palabras-clave: *Psicoanálisis; Política; Realidad virtual; Modernidad tardía; Ciberespacio.*

ABSTRACT:

This essayistic article presents a debate on the illusion of participation and political transformation as it operates in the ordinary subject, in the sense given by Orlandi. Drawing on the Korean philosopher Byung-Chul Han notions of transparency society, burnout society, and hiperculturality, as well as other contemporary authors, this text discusses some recent events regarding virtual engagement movements born at the interface between reality and fiction, through slogans such as “we left facebook” during the June 2013 protests and the campaign “give us back our gold”, circulated more recently in Brazil. This is a theoretically focused article and therefore did not concern itself with constructing an object or a methodological path for data analysis. Throughout the text, the selected statements are incorporated to the debate insofar as they help understand the elements of contemporary Brazil’s historical conjuncture in a relationship of alterity with virtual reality and cyberspace.

Keywords: *Psychoanalysis; Politics; Virtual Reality; Late modernity; Cyberspace.*

INTRODUÇÃO

São diversas as plataformas (*youtube, twitter, facebook*) e diversos os comentários presentes nas redes sociais virtuais com engajamento em algum tema de interesse ao debate público. Nestas plataformas, podemos incluir endereços de órgãos governamentais e/ou do aparato militar, personalidades políticas e/ou da sociedade civil e da imprensa. Todavia, embora haja aparente visibilidade e engajamento virtual para a transformação política por parte do sujeito comum que ali deposita suas “opiniões”, esta profusão de conteúdo virtual leva-nos a questionar sobre sua participação e este engajamento, incluindo-as como parte de ilusões em massa a tomarem conta da realidade virtual.

Sujeito comum é entendido aqui na confluência da contribuição de dois autores. O primeiro é Michel Certeau (2001); especificamente, sua teorização na interface com a Psicanálise sobre o homem comum, ordinário, que vive o cotidiano trivial, debate derivado da proposta freudiana de uma “Psicopatologia da vida cotidiana” (Freud, 1901/1996). E conforme Eni Orlandi (2007) e o debate desta autora sobre a não coincidência entre os gestos interpretativos do sujeito comum e do analista de discurso. O sujeito comum é aquele que estranha a língua e transita no campo do simbólico por meio de leituras que se amparam em uma superficialidade linguística.

Sendo assim, dispõe de poucas possibilidades de contornar os sentidos dominantes que o cooptam por meio da interpelação do inconsciente e da ideologia e, com isto, provocar mudanças em sua posição. Orlandi (2007) explica que o analista de discurso, ao interpretar, contorna as interpelações ao levar adiante leituras derivadas de um estranhamento do mundo semanticamente estabilizado (Pêcheux, 1997) tal que lhe permitem consistente transformação política em aliança com mudança de posição do sujeito do discurso.

Vale lembrar que para Michel Pêcheux (1997), os enunciados podem derivar para outras regiões do sentido, na linha do debate saussuriano sobre arbitrariedade do signo, bem como herdeiro do debate filosófico sobre nome e coisa.

Para nosso debate, é relevante destacar que temos o lugar dominante do sujeito comum não coincide com o do sujeito analista, embora o sujeito comum enuncie a partir de lugares, como veremos que, massificados por *slogans*, alimentam uma ilusão de engajamento e transformação política.

Vários artigos (basta um aceno em indexadores como *Scielo, Google scholar*) tentam medir a relação entre engajamento virtual e aumento de participação de consumidores, divulgadores de marca, de participação social, em empresas ou fora delas. Não proponho aqui este tipo de correlação. Trata-se de um debate no âmbito da relação entre subjetividade e política, que se filia aos temas contemporâneos debatidos por diversos autores e estabelece diálogo com o cotidiano.

Sendo assim, este artigo analisa parte da engrenagem que sustenta uma ilusão coletiva de participação política em ambientes virtuais nas redes de comunicação. Trata-se de estudo teórico, com foco ensaístico e que se utiliza de dois exemplos comumente conhecidos do cotidiano mais recente, para enriquecer o debate, a saber: a circulação do enunciado “saímos do *facebook*”, durante as jornadas de junho de 2013 e “devolvam nosso ouro” que passou a circular em período mais recente.

Somado a isto, o debate apresenta algumas possibilidades de leitura desta dinâmica de participação no debate político, antenada em algumas questões contemporâneas (como a redefinição entre realidade e ficção; o compartilhamento de engajamentos materializados em *slogans* veiculados nestas plataformas) e suas decorrências, como a de uma espécie de efeito retroativo que alimenta esta ilusão coletiva de participação e transformação, ainda que de “casa no sofá” ou “sentado atrás de uma tela” (expressões nossas).

Em suma, defendemos que esta participação é ilusória, ilusão esta compartilhada socialmente e ratificada pelo *modus operandi* das plataformas virtuais. A sintonia com as questões contemporâneas acima mencionadas se estendem para o alcance do valor de campos aparentemente sólidos no mundo semanticamente estabilizado (Pêcheux, 1997), como a noção de fato ou acontecimento histórico. Não vamos nos aprofundar neste ponto; sobre o que é/ou seria um “fato” ou “acontecimento histórico”, mas adiantamos que o engajamento virtual da recente campanha “devolva nosso ouro”, cujo interlocutor

principal é o Antigo Império Português, por vezes, tomado como representante do atual país Portugal, insere-se na análise aqui apresentada.

Por este caminho, apresento um debate que considera esta conjuntura histórica e a contribuição de diversos autores, a saber: o debate sobre a sociedade do desempenho e do cansaço (Han, 2017b), da aceleração (Haroche, 2011, 2015), incluindo no par aceleração e alienação uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna (Rosa, 2022); sendo esta também uma sociedade de risco (Beck, 2011) com injunções a se autogerir (Dardot & Laval, 2016) e atravessada por patologias do virtual (López-Pellisa, 2015). A partir destas contribuições teóricas, o debate pontua alguns dilemas deste sujeito escorregadio e fugidio das redes virtuais, sustentado na ilusão de grande influenciador das tomadas de decisão para si e diante do outro.

O SUJEITO NO CIBERESPAÇO E EM UMA SOCIEDADE CANSADA E ACELERADA

Han (2017b) levanta na contemporaneidade uma questão cara às Humanidades em geral. O não haver mais sujeito. Esta questão não nos parece novidade. Está em diversos autores proeminentes deste debate mais recente sobre o desaparecimento do sujeito. Todavia, tal como apresentada pelo filósofo coreano apresenta seu diferencial, pois o relaciona ao que denomina sociedade do cansaço.

Isto porque articulada por outra questão cara ao próprio sistema econômico a que estamos submetidos, a indagação sobre o desempenho e que, a nosso ver, como defenderei ao longo deste texto, remete à questão da aceleração; aceleração esta que, por sua vez, resgata o valor filosófico do debate sobre tempo e temporalidade e que nos desloca desde a própria noção de mais-valia em Karl Marx (2002) até a virtualidade que atravessa o cotidiano atual por meio da rede mundial de computadores. Afinal, quem navega pelo ciberespaço tem outra relação com o tempo, seja para entretenimento ou trabalho, do que o operário dos séculos anteriores, ainda que a liberdade total de uso do tempo continue impossível. Citando:

O sujeito de desempenho pós-moderno não está submisso a ninguém. Propriamente falando, não é mais sujeito, uma vez que esse conceito se caracteriza pela submissão (subject to, sujet à, sujeito a). Ele se positiva, liberta-se para um projeto. A mudança de sujeito para projeto, porém, não suprime as coações. Em lugar da coação estranha, surge a autocoação, que se apresenta como liberdade. (Han, 2017b, p. 101)

Em seguida, o autor desenvolve seu debate sobre o fato de que esta auto coação junto da auto exploração são marcas do capitalismo contemporâneo. Um dos fundamentos deste sujeito “livre” para um projeto é a passagem de uma sociedade disciplinar e da negatividade para uma positividade em que as dimensões da negação e da contradição passam por hiatos de transformação (Han, 2017b).

Esta é uma questão mais ampla, a do debate sobre o sujeito ao revés da positividade como debatido por Han (2017a, 2017b, 2019), que se enlaça ao tema da aceleração em Claudine Haroche (2011, 2015) e de uma nova temporalidade em Hartmut Rosa (2022). Acrescento que uma das aparições deste sujeito se dá pelas manifestações da fala pública em seu engajamento político de possível transformação social. Esta constatação deve considerar o alerta de Jean-Jacques Courtine (2023), voltado à abordagem das práticas de linguagem política, de que devemos fazer análises distintas em se tratando de um comício público ou de espetáculos televisivos assistidos de casa.

Em um de seus textos sobre as injunções do sujeito, Haroche (2011, p. 360), por sua vez, destaca a injunção constante pelo olhar, de modo que ao seu ver “a injunção à visibilidade contínua de si mesma é contrária ao olhar, ela evidencia processos paradoxais de individualização e de massificação: é empobrecedora e subjugadora”.

Este destaque da autora nos serve para enfatizar o fato de que o sujeito contemporâneo lançado em uma massificação, imposta pelas redes virtuais, passa por um processo de descentramento, desenraizamento, é um nômade digital que clama por visualização e por celebração do que diz, mas lançado

em uma insignificância e um ostracismo que fazem, muitas vezes, relançar-se em um ódio de si mesmo e voltado ao outro, ao reconhecer que sua “opinião” não impulsiona engajamento e, como acredita, por isso não foi tão eficaz. Sendo assim, enfraquecido, porém iludido de força e relevância, acredita ter driblado seu subjugado às redes virtuais. É no circuito deste *looping* que quero localizar o debate.

Quanto às transformações sociais, políticas e antropológicas essa continuidade de visibilidade exigida, de que trata a autora, impõe um padrão de ações automáticas ao ponto de não sobrar tempo para pensar e debater. Isto aparta a consciência individual do interesse coletivo, uma vez que a exigência de atendimento à atenção e aos sentimentos individuais variados das democracias burguesas o solapa (Haroche, 2011).

A variada e complexa rede de mudanças de valor para o olhar, o toque, o distanciamento, em um processo de significação intenso como o que estamos vivendo sustenta cegueiras e descompassos entre maneiras de ver e sentir, de modo que temos neste cenário uma tirania da necessidade individual junto de um esvaziamento interior. Um olhar ligeiro, educado, sem atenção focada, pode ser tomado como ofensa; ao mesmo tempo, há a dificuldade em admitir o “não saber” e decifrar o propósito de algumas renúncias; sobram pavor, humilhação e a autoproclamada necessidade de valorizar a si mesmo o tempo todo (Haroche, 2011).

Essa refinada argumentação de Haroche (2011) é crucial para o debate sobre o engajamento do sujeito comum na realidade virtual, posto que nos sintoniza com o tempo da chamada “lacração, cancelamento” (expressões comuns na atualidade), lembrando que estes termos tem sido muito utilizados pelo sujeito comum, ao navegar pelas redes do ciberespaço. É uma espécie de “todos contra todos” (expressão da autora), por meio de virtuosos excessivamente individuais, em tempos sombrios de embate odioso e exposição arbitrária. Cabe lembrar, como a cada dia surgem novos casos de linchamento virtual/real e como isto tem afetado os humores em era de epidemias de angústias sem parâmetros, imbricadas em avalanches de sintomas.

Vou utilizar aqui a definição de Tereza López-Pellisa (2015) para espaço virtual e digital. O primeiro, o espaço virtual, é regido por leis e dimensões espaço-temporais distintas da realidade cotidiana e pode aparecer em sonhos, fantasias, artes; por sua vez, o espaço digital é o virtual reformulado pela tecnologia, de tal modo que ambos compartilham algumas funções e se distanciam. Uma espécie de memória deslocada diferencia o espaço digital. Este último engloba o ciberespaço, o metaverso, as realidades sintéticas.

Desde tempos remotos lidamos com mundos fantasiosos narrados pelos mitos e contos fantásticos, que formaram o corpo social conforme espelhamentos mágico-religiosos de cada época; o ambiente virtual também não nega o corpo. Todavia, a navegação no espaço digital nega o corpo e faz com que esta metáfora do transporte marítimo nos outorgue uma falsa continuidade, porque o internauta é impingido em hipervínculos criados por meio de numerosos cliques, tal como nos ensina Marie-Laure Ryan (2003 citado por López-Pellisa, 2015).

A *internet* é a ferramenta mais efetiva contemporânea de organização destes espaços, funciona em tempo real e modifica nosso simbolismo sobre o espaço em escala global. E o que dizer do espelhamento provocado e sustentado pelas telas? A virtualidade no ciberespaço decorre de aceleração, vínculos fugazes vindos de cliques rápidos. Nesta, o espelhamento é mais difuso e nos apresenta um corpo mais intensamente esfacelado refabricado a cada instante por projeções na tela e compartilhamento de *links* e de postagens; afinal: “o essencial não é saber se o mundo criado é tão real quanto o mundo físico, mas até que ponto o mundo criado é suficientemente real para provocar uma suspensão temporal da incredulidade (Ryan 2003 citado por López-Pellisa, 2015, p. 95, tradução livre)”.

É o valor de real que se torna decisivo, que alimenta a ilusão de engajamento e provoca reboiões nas redes. É este ponto de inflexão que serve para este debate. Da citação acima podemos interpretar incredulidade como descrença em algo (do futuro, ou do passado) e/ou e como dúvida do que foi postado, mas cabe perguntar: e a transformação, viria pela detonação de simulacros, tal como argumenta López-Pellisa (2015)?

Esta conjuntura afeta o sujeito de modo que mediações feitas por meio de rituais de civilidade e comportamentos de deferência de outrora, deram lugar, por meio da difusão acelerada das redes virtuais,

a uma falta de discernimento, uma vez que a percepção cada vez mais obscura e difusa da realidade sustenta perdas de referências e ausência de limites (Haroche, 2015).

Han (2017a) defende que o tema da transparência é o mote do momento, e que de certa maneira já aparecia sob a forma da desocultação desde o século XVIII. Este apontamento do autor me fez lembrar os estudos de Robert Darnton (2012) sobre bastidores da monarquia e como sua boataria serviu para derrubá-la. Ou seja, é próprio da constituição do sujeito o tema do oculto e revelado, do jogo entre essências e aparências. O que o filósofo coreano acrescenta é tratar este cenário atual como palco e o que muda da modernidade é que “renuncia-se cada vez mais a distância teatral em favor da intimidade” (Han, 2017a, p. 79). Mais adiante, em tempos atuais, as mídias eliminam qualquer “fora”. Claro que o boato e o bastidor não desapareceram por completo, mas foram reformatados.

E reformatados por meio do aumento de uma ilusão de proximidade e de intimidade criada e sustentada artificialmente diante do outro. Em qualquer navegação pelo ciberespaço, é possível notar dicas que cada um teria a oferecer para uma figura pública acerca do que deve fazer com sua vida: separar ou voltar com um cônjuge; ir treinar em um time ou outro; fazer uma aliança política ou não; gravar ou não um novo álbum ou fazer um concerto de música; atuar em uma telenovela, filme ou série etc. Isto porque “no lugar do caráter público entra a publicização da pessoa; o público se transforma em espaço de exposição, afastando-se cada vez mais do espaço do agir comum” (Han, 2017a, p. 82).

Alastram-se figurações e aproximações de caráter narcísicos porque compromete-se uma auto distância; o sujeito comum quer participar, mas não quer se comprometer com uma experiência. Por isso, elimina os rituais de aproximação, não enfrenta o desconforto do estranhamento. Agora ele pode gritar dentro de um avião ou na rua com uma celebridade fabricada nas telas, mas tão comum quanto ele mesmo, ao seu lado.

Outra contribuição decisiva para entender este jogo do engajamento cotidiano é Rosa (2022), o autor argumenta sobre a volatilidade dos bens de consumo, a transformação das coisas em ritmo veloz, desde um utensílio de cozinha doméstica até instrumentos de trabalho em geral, todos na mesma estrutura do descartável das forças dominantes da “aceleração social” (expressão do autor).

A passagem da modernidade para a modernidade tardia é vista pelo autor por meio de patologias cotidianas como o ritmo frenético e o tédio concomitante, de modo que o sujeito comum experimenta a inércia porque o que seria outrora um progresso na vida passou a ser incômodo. De um lado a individualização extrema surgiu como defesa racional para um medo da cultura de massa sintonizada com um medo do fim dos tempos, derrocada da história, no período denominado de “tardo-modernidade”, assim por ele definido:

na Tardo-modernidade, não é mais (se é que já foi) a força do melhor argumento que decide as políticas futuras, mas o poder dos ressentimentos, das emoções instintivas, das metáforas e imagens distintivas. Sem dúvida, imagens são mais rápidas do que palavras, para não falar de argumentos, e exercem efeitos instantâneos, se não em larga medida inconsistentes. O melhor argumento se torna impotente diante das ondas dinâmicas de formação da opinião: à luz desse fenômeno, não é por acaso que estrelas da mídia como Arnold Schwarzeneger, Nicolas Sarkozy ou Silvio Berlusconi ganhem cargos e poder; e que pareça haver uma “virada atlética” na política: a vitória nas eleições é conquistada pela “simpatia” dos políticos e movimentos, não por conceitos e programas minuciosos ou argumentações complexas. As afinidades eleitorais se tornaram altamente voláteis e dinâmicas também: as majorias são construídas pela fabricação ou manipulação de eventos, não por argumentos. (Rosa, 2022, pp. 79-80)

Aos exemplos dados pelo autor podem ser acrescidos os de outros personagens políticos recriados mais recentemente em escala global. De volta a um período recente ocorrido no Brasil, uma enxurrada de manifestações conhecidas como “jornadas de junho de 2013” (Pereira & Monteiro, 2023) indiciavam

esta fronteira tênue entre a presença real nas ruas e a organização em plataformas virtuais; à época, mais focada na plataforma *Facebook* e materializadas em velozes transmissões de *posts* com dizeres comumente vistos em cartazes outrora confeccionados à mão. Recentemente, temos outras plataformas que tem se interconectado por meio de um *slogan* e promovido campanhas, é o caso do “devolve nosso ouro”. É disto que vou tratar na próxima seção.

UMA ANÁLISE DE ENUNCIADOS DO COTIDIANO

Durante as jornadas de junho de 2013, algumas imagens se tornaram icônicas e foram replicadas em vários cenários:

Figura 1. Cartaz “SOMOS A REDE SOCIAL!” em manifestação de rua: jornadas de junho de 2013, Brasil.



Nota: extraído de Baldelli (2013).

Figura 2. Cartaz “SAIMOS DO FACEBOOK” em manifestação de rua: jornadas de junho de 2013, Brasil.



Nota: extraído de Baldelli (2013).

Temos dois enunciados, a saber:

- (1) *Somos a rede social!*
- (2) *Saimos do facebook.*

Em ambos, temos um efeito de *slogan*. O *slogan* é uma forma vaga de um enunciado, cujas condições de produção o aproximam do chiste (Possenti, 2009) e com rápida proliferação e largo alcance para unir grupos sociais para um propósito (Jesus, 2014).

Sírio Possenti (2009) explica a materialização e o alcance dos *slogans* se apoiam em uma rede não apenas de textos que se entrecruzam, mas pela efetividade de práticas discursivas, o que incluem um aglomerado de grupos e de redes institucionais, que se apoia em redes de simulacros, ou seja, de correspondências possíveis em uma dada conjuntura sócio-histórica.

Em (1) vemos a circulação de enunciado que passou a se filiar a uma rede de “#somos a rede social!”, este modo de disseminar a ilusão de “somos um”, de fazer “um” com a linguagem (Gadet & Pêcheux, 2004) faz parte de uma ilusão do sujeito comum de viver em um mundo a par, onde não haveria interpelação ideológica. Ocorre que não há sujeito fora da linguagem e linguagem sem ideologia, uma vez que a naturalização dos sentidos das palavras, da ordem da sintaxe e mesmo da posição de onde se fala está atravessada por efeitos de naturalização dos sentidos (Pêcheux, 1995).

Este pressuposto faz valer outro pressuposto, Françoise Gadet e 1º nome Michel Pêcheux (2004) ensinam que não há uma língua “fora”, uma língua “de marte”, alguma possibilidade do sujeito, de fora, olhar para a estrutura simbólica e enunciar por meio da isenção, da neutralidade e da não implicação do dizer. Do ponto de vista da psicanálise lacaniana, a qual estes autores se filiam, o nascimento do sujeito na estrutura simbólica somente ocorre porque há imperativos; ainda que o sujeito comum se iluda, ao achar que o imperativo é tomado como uma simples escolha. É a ilusão mordaz, porém necessária da liberdade individual.

A partir das reflexões destes autores, podemos entender que o sujeito comum não entra novamente no simbólico, não renasce como sujeito quando passa a fazer uso mais frequente da *web* ao longo da sua vida. O simbólico é um só, como estrutura, com falhas, lacunas em constante processo de simbolização. Então, cabe indagar, por que esta crença coletiva tem sido arraigada no senso comum em “fazer um”, ou seja, de que todos podem dizer “do mesmo modo”?

Neste cenário, o engajamento em redes virtuais como forma de desempenho é uma questão para os atuais debates políticos. Audiências em *podcasts*, números de seguidores, passaram a fazer parte do cotidiano anterior, durante e posterior às campanhas, de debates, de eleições e de posses de cargos. Uma espécie de termômetro volátil sintonizado com a efemeridade dos debates e das posições tomadas pelos sujeitos.

No último debate presidencial brasileiro, durante as eleições de 2022, vimos esta preocupação com recordes de audiência transmitidos ao vivo em formato *podcasts* pelos dois candidatos que avançaram para o segundo turno; vejamos como isto foi veiculado:

- (3) Bolsonaro bate recorde de Lula e passa 1,7 milhão de acesso em *podcast* (Uol, 2022)

O anúncio feito por esta manchete no *site Uol* traz consigo na memória coletiva sua tentativa de reeleição e as acusações e investigações em torno do uso de aparelhos digitais individuais e disparos de mensagem desde as eleições de 2018. Àquela época, lia-se:

- (4) *Whatsapp* admite disparo ilegal de mensagens na eleição 2028. (Carta Capital, 2019)

Não vou entrar aqui no debate sobre as normativas para este tipo de disparo, propostas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Estas informações estão amplamente divulgadas. Para situar o tipo de proximidade ilusório criado por estes disparos e outras estratégias mais atuais que envolvem o chamado “marketing político”, o conceito de hipercultura também é relevante, porque a hipercultura (Han, 2019) é sustentada por um tipo de distanciamento, mas que em parte por conta desta facilidade de transitar virtualmente por várias culturas traz a ilusão de imersão numa dada cultura. O autor comenta:

A interwingularity [o “caráter de inter-ligação”] ou a “strunctangle” [“estrutura-e-maranhodo”] caracteriza também a cultura de hoje. A cultura perde cada vez mais a estrutura que se parece com a de um texto ou livro convencional. Ela não deixa aparecer nenhuma história, teologia, teleologia como uma unidade homogênea e significativa. Desfazem-se os limites ou as vedações nos quais a aparência de uma autenticidade cultural ou originalidade são acentuadas. A cultura arrebenta, por assim dizer, em todas as costuras, em todos os limites ou fendas. Fica des-limitada, sem-fronteira, des-costurada em uma hipercultura. Não são limites, mas os links e as conexões que organizam o hiperespaço da cultura. (p. 23, itálicos no original)

A partir desta definição, nota-se que as culturas tem ficado des-factizadas, pois os ambientes virtuais agem de modo condensador e cumulativo, de modo que conteúdos culturais heterogêneos vão sendo aproximados por justaposição, ou seja, vão sendo consumidos e com a ilusão de participação (Han, 2019). Este efeito cumulativo pode ser visto em outro *slogan*.

Recentemente, vemos circular o *slogan* “devolve nosso ouro” pelas redes sociais virtuais, a saber: em uma reportagem da *BBC* veiculada na forma de texto jornalístico e, em seguida, em um vídeo do canal deste aglomerado midiático no canal *Youtube*. Ao primeiro excerto atribuímos o número (5) e aos dois extraídos do vídeo do *youtube*: (6) e (7). Vejamos:

- (5) “Devolve nosso ouro” — ou suas variações, como “esconde o ouro”, “ladrões de ouro”, “cadê nosso ouro?”. Mas, afinal, o que aconteceu com o metal precioso retirado do Brasil durante a colonização portuguesa? (Tavares, 2021)
- (6) basta juntar brasileiros e portugueses numa discussão nas redes sociais, para um assunto aparecer: “DEVOLVE NOSSO OURO”. Mas por trás dessa brincadeira, há uma antiga questão: afinal, onde foi parar a riqueza tirada daqui no período colonial? (*BBC*, 2022)
- (7) Ou seja, muitos que usam o *meme* podem ser na verdade descendentes desses exploradores. Mas também há consequências sociais que por aqui perduram. Para suprir a demanda das minas, o Brasil viveu uma explosão nos números do tráfico negreiro (*BBC*, 2022).

Em (5) vemos o texto da reportagem original, veiculada no site da *BBC News Brasil*, com destaques para falas de internautas. Em (6), por sua vez, a reportagem ganhou sua versão em vídeo; o repórter da *BBC News Brasil* explica inclusive que a reportagem surgiu da profusão de comentários nas redes virtuais.

Na reportagem veiculada na plataforma *Youtube*, o momento deste anúncio que liga a origem da reportagem aos comentários dispersos nas redes virtuais, aparecem vários *prints* de telas ao mesmo tempo que a reportagem abre para comentários, que parafraseiam o texto em questão, bem como dão continuidade à profusão já elencada, a de comentários anteriores à reportagem sobre o referido “devolve nosso ouro”. Em suma, os comentários fomentam a reportagem inicial em forma de texto que, em seguida, é reformatado para sua circulação no *Youtube*, o que fomenta outros comentários dos internautas. De modo que temos, em (5) o excerto do texto reportagem e em (6) e (7), excertos do vídeo da emissora *BBC* no seu canal do *Youtube*.

Ao enunciar “devolva nosso ouro” o indivíduo empírico se assujeita a um modo de garantias, de devolução, de forma de obtenção de um revés histórico que ignora as singularidades. Ao mesmo tempo, está iludido que fala de um lugar não interpelado. Não à toa a voz está no imperativo.

Em (6) temos primeiro a admissão pela voz do locutor que se trata de “brincadeira”. Ora, a brincadeira, com valor de chiste é um modo de falar deslocado, para driblar a censura e a repressão, conforme a Psicanálise. Ademais, em (7), ao “muitos que usam o *meme* podem ser na verdade descendentes desses exploradores”, a reportagem escava um lugar mais profundo da memória coletiva e o lança como objeto de debate e conclama o sujeito comum a tomar posição. Afinal, não seria este o papel do jornalismo em uma democracia?

Não vou analisar os desdobramentos parafrásticos dos comentários dos internautas e rastrear *hashtags* filiadas a este enunciado, mas fazer notar que em uma sociedade acelerada, cansada, o sujeito comum não diz a partir do lugar da reflexão coletiva, mas do nivelamento raso de uma hiperculturalidade que não admite desníveis, valendo-se de um distanciamento sem discernimento (Han, 2019).

A voz imperativa aparece, muitas vezes, como modo de conter a reversibilidade entre posições discursivas e apagar o referente. É o que ocorre no funcionamento do discurso pedagógico (Orlandi, 1987). Soma-se a isto o fato de que o enunciado circula porque em algum lugar foi enunciado “devolve nosso ouro”. Trata-se de sujeito interpelado em algum lugar pelo conhecimento sistematizado pela escolarização e pelo ensino de História.

A este respeito, Mairon Valério e Renilson Ribeiro (2013) nos ajudam a entender este outro lugar da modernidade tardia (também chamada tardo-modernidade), ao argumentarem que a História ensinada nesta época de guerra de narrativas, celebração de identidades e morte da política. Afinal, argumentam os autores, não há nada de mais apolítico do que reivindicar um ensino de História apenas voltado ao pertencimento de uma dada comunidade imaginada. Isto nos fez pensar no valor de pequena comunidade virtualmente criada dos que lançam palavras como “devolve nosso ouro” no ciberespaço.

É sabido que tem havido movimentos diplomáticos de ex-colônias e de colonizadores para indenizações àqueles, como pode ser facilmente encontrado na *web* e no debate acadêmico e jornalístico, todavia, a circulação do enunciado aqui analisado, demonstra uma interpelação pelo itinerário brasileiro do ensino de História demonstrado por estes autores; ao mesmo tempo indicam aparente envergadura para transformação política, mas é um *slogan* limitado a um “efeito de bolha” (expressão nossa) ou de lançamento de narrativas vazias de sentido, no sentido dado por Han (2023), de um momento em que navegamos sem orientação, embora com muita informação.

Os autores retomam momentos decisivos dos projetos de unificação da cultura escolar brasileira por meio do ensino de História e a disputa por espaços curriculares em confecções e usos de materiais didáticos sob viés recorrente de uma “*comunidade imaginada*” (expressão usada por Valério & Ribeiro, 2013, p. 43, *italico no original*).

Esta contribuição dos autores nos leva a acompanhar parte da circulação deste enunciado também como formas de ratificar visões dicotômicas ainda tão comumente aceitas no ensino de História. O enunciado em questão aparece como um suposto revanchismo, foco de resistência ou tomada de consciência destas falácias históricas que lhe teriam sido ensinadas. Notamos uma entrada em certa medida comum nas redes de sintonia com discursos conspiratórios.

Valério e Ribeiro (2013) também explicam que nas últimas décadas aparece no debate sobre ensino de História no Brasil uma guinada que teria sido a de superar um ensino fantasioso e cheio de abstrações e passa a ser transformador, atento a nova realidade democrática do país, mas que incorre repetidas vezes que o ensino de História deve portar uma narrativa exclusiva. Empurrar uma narrativa exclusiva ao mesmo tempo que mata o valor político da Educação nos leva a outro debate promovido por Han (2023), o da crise da narração.

O autor afirma que na modernidade tardia, a diluição de fronteiras entre diversas realidades trouxe consigo permissividade para esmorecer também as conclusões. O sujeito não é obrigado a concluir, apresentar um fechamento para uma narrativa. Por um lado cresce esta permissão, por outro lado narrativas

fugazes, com caráter conspiratório e extremista que, acrescentemos, apresentam desfechos simplistas para situações complexas, vem crescendo. O modo como o conhecimento é consumido e postado nas redes alimenta esta crise da narrativa e da narração (Han, 2023).

É o caso do enunciado “devolve nosso ouro”. Bastaria a devolução, em tese, de comum acordo de ambas as partes, e, talvez uma cerimônia (melhor dizendo, um espetáculo) para resolver uma narrativa sem início fixo, nem desfecho marcado. E o sujeito se trai, disfarça de si mesmo o caráter ilusório de uma proposta como esta. Sem o desfecho real, o sujeito comum alimenta nas redes a ilusão do espetáculo virtual, agregando na forma de números e de *clicks* velozes, adeptos desta suposta transformação política.

Então, é como se este enunciado resolvesse a questão do colonialismo e apresentasse um desfecho para a narrativa histórica da expropriação do ouro. A devolução seria o desfecho, o fim ilusório; todavia, o processo histórico continua em aberto, lembrando que algo falta em sua simbolização na atual conjuntura.

Atualmente vemos uma hipnose coletiva gerida por um processo mundial de disseminação da rede mundial de computadores e suas transmissões de dados cada vez mais velozes, fabricada na denominada pós-modernidade. Época de micro narrativas competitivas, inclusive na ciência, embora a pós-modernidade, como afirma Perry Anderson (1999) se caracterize por um tipo de morte da narrativa, pela disseminação de variado campo de sensações e uma enxurrada de emoções nos aparelhos digitais.

Consideremos também que estes *slogans* ignoram a complexidade dos processos históricos, aniquilam reveses, apagam a historicidade das várias vozes em questão àquela época e na atualidade, desconsidera atores em conflito e em aliança de vários lados. Ignoram a conjuntura histórica mais ampla e complexa, em uma ilusão ingênua e até simplória de que o processo histórico pudesse ser paralisado e revisado em sua totalidade. Desconsideram inclusive que sua própria assunção, como neste em específico, foi possível nesta época e não em outra por razões específicas, e que não há como apreender o processo histórico, colocá-lo em suspenso e olhá-lo “de fora”.

O *slogan* não faz parte de uma simples brincadeira, ele veicula um modo de uma sociedade lidar com a coletividade, com a esfera pública e privada e pode ser lido, do ponto de vista psicanalítico como sintoma. O sintoma de uma era de mal-estar político em que a efemeridade das decisões, a volatilidade das vozes uníssonas e apagadas em termos de estratégia de transformação tem apagado singularidades, mas de uma forma que ainda nos é cara e pouco conhecida, dada a velocidade da própria reorganização das transmissões de dados no ciberespaço.

Mas qual a relação entre estas reportagens, a circulação deste enunciado também veiculado sob a forma de *meme* e as questões sobre desempenho e aceleração de um sujeito mais voltado ao projeto do que à submissão disciplinar e à negatividade?

O contraponto para o que falta é expressado por Han (2019) quando usa a alegoria do peregrino para compará-lo com o turista atual. Antes, partindo de um ponto para outro, o peregrino escapa de um lugar para se complementar em outro. Havia um certo deslocamento de entremeio, entre lá e aqui, mas o “turista hipercultural não está a caminho de um contramundo, de um *ali*. Ele habita, ao contrário, um espaço que se mostra sem assimetria entre *aqui* e *ali*. Está totalmente aqui. Está *em casa* em um espaço de *imanência*” (Han, 2019, p. 76, *itálicos no original*). Diferenciando-se deste último ainda temos o internauta:

O navegador ou browser no hiperespaço de coisas que merecem ser vistas se diferencia de modo decisivo tanto da forma de andar do peregrino como também da do turista romântico. No espaço hipercultural, ali é apenas um aqui. É simétrico. Não há assimetria do sofrimento.” (Han, 2019, p. 76, itálicos no original)

Essa aparente ausência de assimetria que seria sustentada pela falta, dialoga com o debate psicanalítico sobre a perversão e os modos contemporâneos de denegação da falta. Por este caminho, podemos tratar da ilusão do sujeito como participante efetivo no campo das decisões políticas iludido da opinião, lançada ao vento nos comentários e *clicks* das plataformas virtuais,

O engajamento virtual é uma questão que entrou para não mais sair do campo dos estudos de que se ocupam nossas pesquisas e dos autores aqui citados. É claro que o comentário de um político, empresário, autoridade (civil ou militar) implica lugares discursivos deslocados do sujeito comum.

Restam questões, tais como: o trabalho invisível e não contabilizado de uma manifestação e/ou o trabalho invisível de uma postagem define, em que medida, esta relação complexa e contemporânea entre tempo e aceleração? Em que postagens temos um sujeito comum como intérprete, no sentido dado por Orlandi (2007) e/ou estrategista, conforme Certeau (1998) e Pêcheux (1997)? Quais outros aspectos da hiperculturalidade, da sociedade da transparência, do cansaço e da crise da narração aparecem nestas postagens? Qual a potência de transformação de sujeitos que parecem mais aprisionados pelo ciberespaço do que acreditam? E o que dizer acerca do chamado “efeito bolha” ou do lançamento da chamada “língua de pedra” (termo cunhado por Bethânia Mariani, 2023)? Sem respostas para estas questões, mesmo porque a pretensão foi apresentar um texto ensaístico, mas deixando-as como outros campos possíveis para investigação, passo às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ciberespaço, temos o *click* não dissociado de um *link*. Um não existe sem o outro. Efeito paradoxal. O ato de clicar em um *link* é capturado por um impulso aparentemente vital de participação política.

Esta ilusão está imersa na ilusão de simetria operada pelo universo da hiperculturalidade de que trata Han (2019), bem como sustentada pelo *modus operandi* da sociedade da aceleração e do cansaço (Han, 2017a, 2017b). Os riscos que o sujeito (Beck, 2011) corre nesta participação parecem poucos, o que nos leva ao debate sobre a ilusão de se abrigar em espaços, no caso o virtual, que lhe traria menos riscos e perdas de participação política, ratificando um modo autogestor (Dardot & Laval, 2016) da navegação virtual.

Todo este debate é valioso uma vez que convivemos, neste momento, com a polissemia de enunciados como o que foi veiculado esta semana: “‘Chama eterna’ da democracia é apagada por falta de gás em monumento em Brasília” (Billó & Feitoza, 2024). Somente ao ler o chapéu da notícia, entendemos que se trata do ‘gás’ elemento químico. Todavia, a polissemia do título é oportuna para ratificar que, não pode faltar gás para cuidarmos da democracia em âmbito nacional e, claro, com ressalvas ao perigo também decorrente de um sentido monolítico de “democracia”, fazendo valer a metáfora do gás como combustível para luta política real, no sentido psicanalítico de pulsante, portanto, nunca reduzida ao virtual.

Esta metáfora, portanto, é relevante porque a ilusão de participação política que se espalha neste cenário é uma das questões mais prementes do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- Anderson, P.** (1999). *As origens da pós-modernidade*. Zahar.
- Baldelli, D.** (2013). Cobertura de protestos fortalece *internet* como território de mobilização no Brasil. *Site Global voices*. <https://pt.globalvoices.org/2013/06/20/protestos-brasil-internet-denuncia-e-mobilizacao/>
- BBC News Brasil** (2022). ‘Devolve nosso ouro’: o destino da riqueza do Brasil colônia. <https://www.youtube.com/watch?v=Tj6qzmZHYcc>
- Beck, U.** (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade* (2ª ed.). Editora 34.
- Billó, G. & Feitoza, C.** (2024, 05 de agosto). ‘Chama eterna’ da democracia é apagada por falta de gás em monumento em Brasília. *Folha Uol*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/08/chama-eterna-da-democracia-e-apagada-por-falta-de-gas-em-monumento-de-brasilia.shtml>
- Carta Capital** (2019). *Whatsapp* admite disparo ilegal de mensagens na eleição 2028. <https://www.cartacapital.com.br/politica/whatsapp-admite-disparo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-2018/>
- Certeau, M.** (2001). *A invenção do cotidiano – as artes de fazer*, vol. 1. Vozes.
- Courtine, J. J.** (2023). *Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem*. Vozes.
- Dardot, P. & Laval, C.** (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Darnton, R.** (2012). *O diabo na água benta: ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão*. Cia das Letras.
- Freud, S.** (1996). *Psicopatologia da vida cotidiana*. In Obras Completas de Sigmund Freud. Volume VI. (Original publicado em 1901). Imago.
- Gadet, F. & Pêcheux, M.** (2004). *A língua inatín-gível*. Pontes.
- Han, Byung-Chul** (2017a). *Sociedade da transparência*. Vozes.
- Han, Byung-Chul** (2017b). *Sociedade do cansaço*. Vozes.
- Han, Byung-Chul** (2019). *Hiperculturalidade: cultura e globalização*. Vozes.
- Han, Byung-Chul** (2023). *A crise da narração*. Vozes.
- Haroche, C.** (2011). Maneiras de ser e de sentir na aceleração e a ilimitação contemporânea. *Cad. Metrop.*, 13(26), 359-378. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14758>
- Haroche, C.** (2015). O sujeito diante da aceleração e da ilimitação contemporânea. *Educação e Pesquisa*, 41(4), 851-862. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14758>
- Jesus, A. A.** (2014). *Slogans* em protestos: relações intertextuais e interdiscursivas. *Entrepalavras*, 4, 43-56. <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/347>
- López-Pellisa, T.** (2015). *Patologías de la realidad virtual. Cibercultura y ciencia ficción*. FCE.
- Mariani, B.** (2023). Língua de pedra: a ofensa (injúria e difamação) na discursividade política. *Leitura*, 76(1), 111-125. <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/14262>
- Marx, K.** (2002). A mercadoria: os fundamentos da produção da sociedade e do seu conhecimento. In M. Foracchi & J. Martins (Orgs.), *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia* (pp. 46-73). LTC.
- Orlandi, E. P.** (1987). *A linguagem e seu funcionamento*. Pontes.
- Orlandi, E. P.** (2007). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (4ª ed.). Pontes.

Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Edunicamp.

Pêcheux, M. (1997). *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Pontes.

Pereira, A., & Monteiro, J. (2023). Dez anos das jornadas de junho de 2013: sentidos materializados em manchetes jornalísticas. *RUA*, 29(2), 471-492. <https://doi.org/10.20396/rua.v29i2.8675154>

Possenti, S. (2009). *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Parábola.

Rosa, H. (2022). *Alienação e aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna*. Vozes.

Valério, M. E. & Ribeiro, R. R. (2013). Para que serve a História ensinada? A guerra de narrativas, a celebração das identidades e a morte da política. *Revista Territórios & Fronteiras*, 6(3), 39-52. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territorios-e-fronteiras/index.php/v03n02/article/view/244>

Tavares, V. (2021, 21 de set.). “Devolve nosso ouro”: a discussão histórica por trás do *meme* usado por brasileiros contra Portugal. *Site da BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58604613>

Uol (2022, 21 de out.). Bolsonaro bate recorde de Lula e passa 1,7 milhão de acesso em *podcast*. <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/20/bolsonaro-bate-recorde-de-lula-e-ultrapassa-1-milhao-de-acessos-em-podcast.htm>

Histórico	<i>Submissão: 07/02/2025</i> <i>Revisão: 03/02/2026</i> <i>Aceite: 03/02/2026</i>
Editor científico	<i>Dr Fauston Negreiros</i>
Contribuição dos autores	<i>Não se aplica</i>
Financiamento	<i>Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.</i>
Consentimento de uso de imagem	<i>Não se aplica</i>
Aprovação, ética e consentimento	<i>Não se aplica</i>
Disponibilidade de dados	<i>Os conjuntos de dados utilizados ou analisados durante o estudo atual estão disponíveis junto ao autor correspondente mediante solicitação razoável.</i>